

Escola, pobreza e desigualdade social: práticas de reprodução ou emancipação do cidadão

School, poverty and social inequality: practices of reproduction or emancipation of the citizen

DOI:10.34117/bjdv7n3-373

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

E-mail: julia.angelica@ifam.edu.br

Érica Oliveira de Castro Farias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

E-mail: julia.angelica@ifam.edu.br

Etyanne Uhlmann de Lima

Secretaria Municipal de Educação de Manaus

E-mail: etyannelima@gmail.com

Erlison S. Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

E-mail: erlison@ifam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida na cidade de Manaus na Escola Municipal Nísia Floresta Brasileira Augusta na qual desenvolveu-se o tema Educação, Pobreza e Desigualdade Social e a relação com os profissionais da escola, bem como com os beneficiários do Programa Bolsa Família como forma de romper com práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e reprodução das desigualdades sociais. Lançamos mão das pesquisas bibliográficas e documentais para a produção de textos, agenda de monitoramento e artigo. A pesquisa de campo se deu através de entrevistas – semiestruturadas – com a gestora, 01 pedagoga, 04 professores e 22 alunos da referida escola. Os dados foram tabulados e analisados, revelando a necessidade da adoção de práticas pedagógicas emancipatórias na escola que despertem o maior interesse pelo engajamento da comunidade na superação das condições de pobreza e desigualdade social. Para tanto, todos os profissionais da instituição precisam ser sensibilizados para a construção de novas posturas e construção de resiliência diante da trajetória escolar vivenciada direta ou indiretamente por todos os sujeitos da comunidade escolar. Essa sensibilização e união pode também servir para pressionar o poder público para que assuma sua responsabilidade diante de tantas desigualdades latentes em nossa sociedade. A pesquisa indica que a educação preconizada pela instituição escolar não deve estar restrita à atuação do professor em sala de aula, mas incorporar outras agendas que contribuam diretamente na formação humana e cidadã desses indivíduos.

Palavras-chaves: Educação, Inclusão, Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This paper is the result of a research developed in the city of Manaus in the Municipal School Nísia Floresta Brasileira Augusta in which we developed the theme Education, Poverty and Social Inequality and the relationship with school professionals, as well as with the beneficiaries of the Bolsa Família Program as a way to break with school practices that reinforce the condition of poverty and reproduction of social inequalities. We used bibliographical and documental research to produce texts, monitoring agenda and articles. The field research was done through semi-structured interviews with the principal, 01 pedagogue, 04 teachers and 22 students of the school. The data were tabulated and analyzed, revealing the need for the adoption of emancipatory pedagogical practices in the school that arouse greater interest in the community's engagement in overcoming the conditions of poverty and social inequality. To this end, all professionals in the institution need to be sensitized to the construction of new attitudes and building resilience in the face of the school trajectory experienced directly or indirectly by all the subjects in the school community. This sensitization and union can also serve to pressure the government to assume its responsibility in the face of so many latent inequalities in our society. The research indicates that the education recommended by the school institution should not be restricted to the actions of the teacher in the classroom, but should incorporate other agendas that contribute directly to the human and citizen formation of these individuals.

Keywords: Education, Inclusion, Vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

Diante da atual formação social moderna do país, agravada pelo intenso processo de desenvolvimento urbano é notável princípios e valores totalmente orientados para o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Fazendo-se necessária, então, reflexões sobre maneiras sustentáveis de sobrevivência a estes conflitos iminentes e da apropriação de uma forma equilibrada do crescimento econômico que compreenda uma nova racionalidade na educação, assim defendida por Leff (2008) em contraponto à miséria, escassez dos recursos naturais, pobreza extrema, discriminação e intolerância por deficiências, raças e etnias, bem como sobre outras formas de orientação e categorias de análises sociais.

Ao pensarmos em aspectos sócio educativos insustentáveis que agravam as condições de pobreza e desigualdade social em nossa cidade, especificamente na trajetória escolar dos alunos das escolas públicas, dificilmente deixaremos de relacioná-las à crise de saúde, alagamentos, transportes, fome, ausência de segurança pública e violência nas escolas que acometem os bairros em suas diferentes formas de ocupação, demonstrando que o espaço físico é o reflexo não apenas dos processos naturais, como também das contradições da sociedade, na medida em que são os interesses socioeconômicos que determinam as formas de apropriação e de exploração dos espaços.

Os efeitos das desigualdades e exposições a riscos e situações de vulnerabilidade extrema são respaldados por Layrargues (2009), ao afirmar que estes possuem uma relação direta com a baixa condição socioeconômica, ou seja, indivíduos e grupos sociais desfavorecidos em suas condições socioeconômicas também possuem acesso diferenciado a bens sociais e, por isso, encontram-se mais vulneráveis aos efeitos da degradação de toda ordem. Pensa-se na educação enquanto instrumento de emancipação social e econômica. Embora a escola não seja a única responsável pela transformação da sociedade e pelas contradições existentes, a partir dela pode ser construída uma nova consciência que leve à superação do estado de dominação e culmine na construção de uma nova ordem social.

Por muito tempo a escola foi vista como um espaço social de escolarização que tinha a função do ensino das letras e números. Na contemporaneidade, esse papel se expandiu e um vasto leque de discussões ganharam palco no ambiente escolar. A visão é não apenas escolarizar, mas preparar os alunos para a vida e exercício da cidadania. Desta forma, temas transversais e didáticas variadas passaram a ter espaço, a fim de que a escola pudesse desempenhar de fato seu papel social. Nesse sentido, o desenvolvimento da pessoa humana deve ser o foco central dos processos educativos, abrangendo o desenvolvimento cognitivo, intelectual, social, político e financeiro, como consequência dos demais.

O direito a formação integral transpassa diversos aspectos do indivíduo, especialmente suas condições biopsicossociais. Assim, esforços são necessários para inculcar na cultura dos espaços educacionais a integralidade na formação do estudante, compreendendo a articulação de diversas políticas públicas. Segundo Vitale (2002, p.45) “são inúmeros os problemas que atingem a vida cotidiana da família contemporânea, tais como a violência, desemprego, drogas, pobreza e tantas outras situações que desafiam suas capacidades para resistir e encontrar saídas”. Apesar de que nas classes menos favorecidas, a baixa renda familiar tem como algumas das consequências, uma alimentação inadequada e moradia precária sem condições de descanso ou ambiente adequado para o estudo, o que entrava o processo de aprendizagem.

De acordo com Gentili (2005, p. 11):

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

Partindo desta análise, a questão da pobreza e desigualdade social carece de uma perspectiva pedagógica para seu enfrentamento, visando romper com práticas educativas que reforcem a pobreza e a desigualdade. Assim, compreender como os profissionais da educação básica de Manaus, estabelecem relações com o tema Educação, Pobreza e Desigualdade Social como forma de romper com práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e reprodução das desigualdades, representaram o principal objetivo nesta pesquisa.

O caminho para a realização da pesquisa foi a escolha de uma escola da cidade que atendesse crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF, que trata-se de um programa de transferência direta de renda com foco em famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza com a finalidade de prover-lhes o direito à alimentação, acesso à saúde e educação. Por essa razão, na fase de pesquisa de campo, encontramos na gestão da Escola Municipal Nísia Floresta Brasileira Augusta, a disponibilidade em contribuir como sujeito ativo nesta investigação, além de professores e alunos do PBF.

Como objetivos específicos, esta investigação inseriu o tema Educação, Pobreza e Desigualdade Social identificando como o corpo técnico e docente estabelecem essas relações na trajetória escolar dos alunos beneficiários do PBF. A pesquisa de campo possibilitou a escuta dos sujeitos envolvidos, tais como gestora, professores, alunos, dando-nos condições de fazer aproximações sucessivas e significativas ao objeto de estudo.

O interesse pela temática desenvolvida surgiu a partir das experiências das pesquisadoras, uma vez que todas são atuantes na área da educação, refletindo sobre como a pobreza interfere diretamente nos problemas encontrados nas trajetórias educacionais dos sujeitos vulneráveis, como uma das expressões da questão social, ou seja, das desigualdades que emergem como produto do avanço capitalista e tendo em vista que a questão social, que se configura como objeto primeiro da atuação dos assistentes sociais, tem múltiplas faces e o processo de desenvolvimento urbano contribui para o seu agravamento.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O trabalho é fruto de pesquisa realizada durante a participação das autoras no curso de aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, na sua versão sobre as trajetórias escolares, promovido pela Universidade Federal do Amazonas, no período de outubro de 2018 a abril de 2019. Teve por finalidade estabelecer o debate e a reflexão,

sobretudo, no que se refere aos processos de educação envolvendo sujeitos que vivenciam a pobreza ou a pobreza extrema. E por objetivo, formar em nível de aperfeiçoamento, na temática da educação, pobreza e desigualdade social, profissionais da educação básica (gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos) e outros envolvidos com políticas sociais.

Uma de suas fases foi a realização de uma pesquisa de campo exploratória, do tipo pesquisa participante, com equipe técnica e usuários do PBF, realizada em uma escola de ensino fundamental, da região centro-sul de Manaus. Marconi e Lakatos (2003) classificam a pesquisa participante enquanto pesquisa exploratória, tendo em vista que o objetivo desse tipo de pesquisa empírica está na formulação de questões com a finalidade de desenvolver hipóteses, aproximar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno e deixar brechas para realização de futuras pesquisas mais aprofundadas.

O questionário utilizado foi de natureza mista, com a combinação de perguntas abertas e fechadas. A utilização deste tipo de questionário foi para obter a contribuição reflexiva do sujeito pesquisado. O levantamento culminou na construção de uma agenda de monitoramento local das trajetórias escolares, compreendendo o contexto educacional da Escola Municipal Nísia Floresta Brasileira Augusta, na cidade de Manaus, e de seus alunos beneficiários do PBF, a qual foi lócus da pesquisa.

Quanto a escolha do lócus de pesquisa, a mesma poderia ocorrer em qualquer escola de ensino fundamental da rede pública municipal, tendo em vista que todas possuem alunos beneficiários do PBF. Porém em diversas situações chegávamos às escolas e nos deparávamos com a impossibilidade de aplicarmos os formulários aos sujeitos, em virtude da pequena ou quase nenhuma disposição de contribuir com a pesquisa e/ou mesmo por suas várias responsabilidades pedagógicas. Por fim, a escola que se dispôs a contribuir com a pesquisa para a execução do trabalho de campo foi a Escola Municipal Escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta.

A aplicação dos questionários foi feita pelas próprias pesquisadoras, inicialmente, com a gestora e pedagoga da escola. Posteriormente, com a contribuição da gestora, com as famílias de alguns alunos. Essa fase de coleta foi a mais difícil, pois foi essencial realizar o levantamento dos alunos que fazem parte do PBF e em seguida, agendar um atendimento na escola para a sua participação, bem como orientações gerais e coleta de dados. Ressalta-se que a escola possui 68 alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, dos quais 22 participaram da pesquisa. A amostragem foi estabelecida por meio de demanda espontânea para participação na pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestora considera que o PBF por vezes é a única fonte de renda da família, provendo-lhes suas necessidades básicas e por isso contribuindo para minimizar as condições de pobreza. Aponta ainda, como aspecto positivo, a oferta de cursos e outros benefícios para as famílias. Este tópico trata, justamente, de uma das finalidades principais do programa que é reforçar o acesso das famílias à educação, a saúde e a alimentação e seu preparo para o mercado de trabalho, que se traduzem em condicionalidades do PBF (MDS,2015).

Revela que o cumprimento da condicionalidade de educação do PBF, onde as crianças e adolescentes das famílias beneficiadas são acompanhados com relação a matrícula e frequência escolar é de suma importância para tornar a proposta do programa mais eficaz e que para que o acompanhamento ocorra de forma integral faz-se necessária a parceria família/escola. Dessa forma, Santos (2019) reitera que o PBF figura-se como uma ferramenta de oportunidades e emancipação das condições de pobreza, visando também melhorias na alimentação, saúde e educação, além da renda familiar, obviamente, sem desestimular a (re)inserção no mercado de trabalho.

Os professores sugeriram haver comodismos por parte dos usuários do PBF, posto que não observam articulação entre o esforço individual e a saída da pobreza. No entanto, relatam não perceberem diferenças no processo de aprendizagem entre beneficiários do PBF e demais alunos. Apontam falta de acompanhamento familiar quanto ao processo de ensino-aprendizagem dos filhos, e que por vezes só os matriculam a fim de cumprir as condicionalidades do Programa e garantir o recebimento do benefício.

Diante essas falhas por parte da família, caberia à escola, junto de sua direção e núcleo pedagógico elucidar estas pessoas o que preconiza o art.22 do Estatuto da Criança e do Adolescente que diz que “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”. (BRASIL,1990). Ressalte-se, nesta fala a importância da responsabilidade de vigilância por parte da escola, pois se a família é omissa e não presente no acompanhamento dos filhos, caberá à escola comunicar aos órgãos de fiscalização responsáveis por crianças e adolescentes tal situação, incorrendo em crime por omissão ao não fazê-lo, posto que é obrigação de todos a efetivação de direitos a esse público. (BRASIL,2019)

Dois professores elencaram pontos negativos do PBF, que seria a suposta acomodação de seus usuários, enquanto os demais não apontam pontos negativos, apenas

refletem que o ideal seria que as famílias pudessem prover seu sustento por meio de seu próprio trabalho e que o Programa cumpre com sua função, que seria de “ajudar” a família. Dos quatro professores, apenas um alega ter visto trajetórias de sucesso de usuário do PBF e foi pela televisão.

Segundo os pesquisados, não há diferença no processo de aprendizagem dos alunos beneficiários do programa em detrimento dos demais estudantes. Alegam que as disparidades entre ricos e pobres estão atreladas a má distribuição de renda, corrupção e políticos que ao exercerem seus mandatos acirram estas distorções, com oportunidades, de fato, para um pequeno quantitativo populacional. Quanto à má distribuição de renda, Silva (2008, p.191) aponta:

Inexistência de relação direta entre crescimento econômico e bem-estar social, apesar de a riqueza ser produzida socialmente e em volume crescente, cabendo ao Estado intervir para a distribuição mais equitativa dos bens e serviços sociais, de modo que se garanta acesso a todos um padrão mínimo de dignidade (pressuposto distributivista).

Quadro 1. Respostas mais apontadas nas entrevistas realizadas com 6 profissionais da escola.

Definição de estudante pobre	Aquele que não tem acesso à educação de qualidade e aquele que é abandonado intelectualmente pelos pais.
Riscos que as crianças estão submetidas	Violência e drogas
Articulação entre esforço individual e saída da pobreza no Brasil	As respostas foram enveredadas para o viés da educação como forma de ascensão social.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Quanto aos discentes, no quesito: realização das tarefas escolares em casa, as maiores dificuldades permeiam sobre a leitura, interpretação de texto e matemática. Alguns também apontaram a falta de acesso à internet para realização de pesquisas e baixo nível de instrução dos pais para ajudá-los na execução das tarefas. A pesquisa também revelou que os alunos não realizam nenhum trabalho no horário em que não estão na escola, mas a maioria ajuda em casa nos afazeres domésticos, tais como: arrumar a cama, lavar louça, arrumar o quarto, limpar a casa, encher garrafas com água e arrumar os brinquedos.

Tabela 1. Perfil discente.

Faixa etária	7 a 11 anos
Sexo	6 – Masculino/16 – Feminino
Tempo que as famílias são usuárias do Programa Bolsa Família	Menor tempo: 1 ano Maior tempo: 10 anos
Principais dificuldades para frequentar a escola	Questões de doença: 18 Alagamento: 4
Local preferido da casa para realizar tarefas	Sala e quarto
Estudantes com repetência escolar	7
Estudantes que trabalham no contra turno	0

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Diante dos dados levantados e da identificação das vulnerabilidades foi construída uma agenda cujos objetivos são: Geral - Articular ações que produzam debate e reflexão permanente sobre o direito à aprendizagem das crianças e adolescentes beneficiários do PBF na sua trajetória escolar. E específicos - incentivar a aproximação e inclusão da família ao contexto escolar; promover a valorização do ser humano na perspectiva da integralidade; fortalecer o exercício da cidadania no ambiente escolar; garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes atendidos por meio do desenvolvimento de ações educativas, sociais, culturais e comunitárias. Esta agenda será apresentada no anexo deste trabalho.

Para análise da efetividade da agenda com vistas ao trabalho frente as vulnerabilidades apontadas na pesquisa, sugerimos como instrumentos de avaliação para o acompanhamento das ações propostas: documentar e registrar todas as ações/atividades realizadas; divulgar os resultados das ações/atividades para a comunidade escolar; enviar relatório das ações/atividades para os órgãos parceiros; criar metodologia de avaliação para aplicar junto aos pais e produções textuais dos alunos sobre as ações/atividades acontecidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de intervenção sobre as trajetórias escolares das crianças estudantes na EMEF Nísia Floresta Brasileira Augusta buscam caminhos de intersecção para a construção de práticas educativas comprometidas com as manifestações políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade. Estabelecendo uma relação entre as reflexões teóricas e as questões emergentes da sociedade através do pleno desenvolvimento de práticas que contribuam para a superação da pobreza e das desigualdades.

A educação política e emancipatória deve se processar de múltiplas formas e ir além dos muros da escola para se fazer presente nas situações mais informais de nossa vida. É por essa razão, que as ações adotadas pelas instituições de ensino formal necessitam ir ao encontro das demandas sociais com o intuito de chamar a atenção dos sujeitos para o cumprimento de uma cidadania crítica e reflexiva frente aos problemas e vulnerabilidades de toda ordem.

As estratégias teórico-metodológicas podem ser aperfeiçoadas no sentido de despertar maior interesse e compromisso dos alunos. O trabalho na educação requer um processo de reaprendizado, ou seja, um novo jeito de pensar e refletir a realidade, uma nova maneira de construir e intervir na dinâmica da sociedade que expressem comportamentos e atitudes pautados na ética e na responsabilidade política e social.

Dessa forma, a responsabilidade das decisões sociais e a continuidade destas condições desfavoráveis poderiam contar com maior participação política e democrática dos cidadãos, percebendo que em todas as situações desencadeantes da desigualdade e das condições de vulnerabilidade existe a possibilidade de reflexão e de articulação junto ao Poder Público, no que diz respeito a melhores condições de moradia, saneamento, emprego, saúde e educação para a população.

Os processos educativos necessitam ser paulatinamente discutidos sem perder de vista o contexto em que os usuários dos serviços estão incluídos. O cenário de miséria e fome que tanto interferem nas trajetórias de crianças e adolescentes desse país necessitam de ampla discussão no cenário escolar, não como uma tentativa de vitimar a pobreza e/ou o pobre mas de se ter em mente que o contexto social não está desvinculado do escolar e que para a família fazer parte desse processo, ela que também é marginalizada pelo sistema, precisa ser sensibilizada.

Assim, é exatamente no âmbito da defesa dos direitos desses sujeitos sociais que a escola, na pessoa do gestor, pedagogo e professores é convocada a intervir em suas práticas pedagógicas. A relevância social da escola como instituição formadora de cidadãos políticos deverá favorecer a construção de conhecimentos que possibilitem a compreensão da complexidade da sociedade e das questões sociopolíticas e ambientais subjacentes, bem como a formação profissional que intencione a adoção de atitudes (valores) e habilidades que estimulem a resiliência e a participação de cidadãos no enfrentamento dessas questões, com o objetivo final de melhoria da qualidade de vida e de formação de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES. M.V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Acesso à educação e Saúde**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude/aces-so-a-educacao-e-saude>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GENTILI, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto** / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (org). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez 2011.

SANTOS, Mariana Cristina Silva et al. **Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.24, n.6, p.2233-2247, June 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000602233> Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda** / Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yasbek, Geraldo di Giovani. São Paulo: Cortez, 2008.

VITALLE, Maria Amália Faller. **Famílias monoparentais: Indagações**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º. 71, São Paulo, Editora Cortez: Especial Família, 2002.

ANEXOS I

Quadro 2. Agenda de Monitoramento das Trajetórias Escolares

AGENDA DE MONITORAMENTO	AÇÕES DE INTERVENÇÃO	
 1-Promoção da saúde e atividades de prevenção	Palestras: 1-Saúde bucal; 2-Higiene corporal; 3-Hábitos de alimentação; 4-Saúde mental.	Público: Crianças estudantes da escola. Instituições: Secretaria de Saúde. Responsáveis: Gestão da escola articulada com o Programa Saúde da Família. Local: Escola. Período: Início de cada bimestre.
 2-Autonomia no processo de construção da cidadania 3-Desenvolvimento de relações sociais nos âmbitos institucional, familiar e comunitário 4-Promoção da rede de atendimento ofertada pelo poder público na comunidade e na cidade	Debates: 1-Direitos e deveres da criança; 2-Ciclo de debates com as famílias para discutir temas pertinentes à comunidade e que intensificam a vulnerabilidade infantil, como: drogas, violência doméstica etc; 3-Reconhecimentos do território: mapear e orientar os responsáveis quanto à rede de atendimento disponível na comunidade para garantia dos direitos das crianças.	Público: Pais, responsáveis. Instituições: Secretaria de Assistência Social. Responsáveis: Gestão da escola articulada com o CRAS da região. Local: Escola. Período: Bimestral (Pode-se realizar os debates na abertura da reunião de pais que acontece bimestralmente).
 5-Realização de atividades socioeducativas	Exposição: 1-Mural do ECA; 2-Diga não ao bullying.	Público: Comunidade escolar. Instituições: Secretaria de Educação. Responsáveis: Gestão da escola, professores, alunos e responsáveis. Local: Escola. Período: Semestral.
 6-Estímulo ao gosto pelas artes e cultura	Visitas: 1-Museu Chaminé; 2-Bosque da Ciência – INPA; 3-Zoologico CIGS; 4-Centros cultural povos da Amazônia	Público: Crianças estudantes da escola Instituições: Secretaria de Cultura. Responsáveis: Gestão da escola articulada com a Secretaria de Cultura. Local: Saída da escola para os locais de visitação. Período: Encerramento de cada bimestre.
 7-Promoção da saúde e bem-estar das crianças	Atividades: 1-Iniciação de modalidades esportivas coletivas.	Público: Crianças estudantes da escola. Instituições: Lideranças comunitárias. Responsáveis: Gestão da escola articulada com a lideranças comunitárias, a fim de captar voluntários da comunidade para desenvolvimento dessas atividades. Local: Escola – área externa Período: Contínua
 8-Estimular o protagonismo infantil nas discussões de temas de relevância social 9-Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes	Datas comemorativas: 1-Caminhada na comunidade em campanha ao combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – 18 de maio; 2-Consciência negra – 20 de novembro; 3-Atualização do Calendário Vacinal, Detecção Precoce da Hipertensão Arterial, Avaliação Clínica, Nutricional e da Saúde Bucal; Dia Mundial da Saúde – 7 de abril.	Público: Comunidade escolar. Crianças da escola. Instituições: Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Cultura Responsáveis: Gestão da escola, professores, alunos, responsáveis e lideranças comunitárias. Local: Nas ruas do bairro e na escola. Período: Nas datas alusivas.
 10-Dificuldade no desenvolvimento da leitura 11-Frequência escolar	Prêmios: 1-Leitor Mirim (projeto desenvolvido ao longo do ano, que culmina com reconhecimentos); 2-Reconhecimento à família e a criança mais assídua por turma.	Público: Crianças estudantes da escola Instituições: Secretaria Municipal de Educação. Responsáveis: Gestão da escola, professores, alunos e responsáveis. Local: Pátio da escola. Período: Encerramento do ano letivo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).